

ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Rodrigo Minotto - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Informa que recebeu a visita do presidente da Aprasc, juntamente com toda a diretoria e o secretario da Segurança Pública, coronel Araújo Gomes, quando conversaram sobre diversas questões, entre elas, o reajuste salarial dos policiaes civis, militares e peritos do IGP.

Comenta sobre a questão da Iresa, que é uma indenização da atividade policial, e diz que o diretor do IGP entrou em contato para informar que somente uma parte dos servidores a recebem. Também lamenta que o Iprev passou a não pagar esses valores para os policiais civis, desta forma, entrou em contato com o governo do estado para

saber o motivo, e como resposta recebeu a informação que o governador solicitou à secretaria da Administração e Casa Civil que regularizassem esta questão. Posiciona-se a favor dos policiais, e não concorda que os servidores dessa categoria recebam como aposentadoria um valor menor do que recebiam quando estavam em efetivo serviço.

Aborda uma segunda questão, que em entrevista do vereador Marcelo Achutti pela Rádio Menina, demonstrou preocupação quanto ao hospital Ruth Cardoso em Balneário Camboriú, que não tem recebido os repasses mensais do governo do estado. Neste sentido, lembra a discussão que ocorreu no Plenário desta Casa, onde o projeto proposto destinava um valor de R\$ 170 milhões aos hospitais filantrópicos, e neste ano o governo do estado vai investir mais de R\$ 190 milhões aos mesmos, e acredita que o município de Balneário Camboriú deva entrar na divisão dos valores.

Finalmente, afirma que em suas emendas impositivas indica recursos para o hospital Ruth Cardoso, e que o mesmo deve estar no radar do governo.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela sua fala e diz que o governo já assumiu o compromisso de repassar valores mensais para o hospital.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Parabeniza e se coloca a disposição para todas as questões em relação à Saúde em todas as regiões do estado.
[Taquigrafia: Guilherme]

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Comenta sobre notícia trazida pela imprensa que, num primeiro momento, até considerou *fake news*. Mas logo os jornalistas Marcelo Lula e Karina Manarin trouxeram a mesma informação sobre os *royalties* do petróleo.

Diz que, neste momento, está com muitas dúvidas e interrogações sobre os motivos que levaram o governador a assinar, juntamente com outros governadores, um pedido de suspensão de uma

ação que corre na Justiça, que visa suspender as novas regras de distribuição do dinheiro dos *royalties* do petróleo.

Declara que o assunto é difícil, complexo, e que vem estudando isso há muito tempo. Desta forma, afirma não entender por que o governador assinou isso. Pensa que talvez ele tenha outra informação, saiba de coisas que o deputado desconhece, ou mesmo os jornalistas e advogados do estado não sabem. Entretanto, torna a se perguntar por que o governador concordou com os advogados do Rio de Janeiro.

Indaga se o estado de Santa Catarina se encontra em condições de abrir mão de milhões de reais dessa receita, pois tem nota C para endividamento. Além disso, foi divulgado, nos últimos anos, que Santa Catarina seria o último estado a entrar na crise, e o primeiro a sair, se entrasse, o que considera uma mentira.

Esclarece que essa é uma ação que vem sendo acompanhada, desde 1991, no STF, por vários governos, vários governadores catarinenses, independente de partido. Todos buscando reparar uma injustiça que o IBGE fez com Santa Catarina na demarcação das terras marítimas. Afirma que, nos últimos cinco anos, se essas novas regras estivessem valendo, Santa Catarina deixou de receber R\$ 828 milhões em repasses com relação ao petróleo, quase 1 bilhão, por isso justifica o seu pedido de informação para saber por que governador está deixando de buscar uma receita que deveria já ter entrado nos cofres desde 1991.

Continua seus questionamentos a respeito do governador: seria falta de conhecimento, sabe de alguma coisa que outros não sabem, talvez tenha assinado sem ler, ou quem sabe, ainda, desconheça o assunto. Reafirma que "desde 1991, todos os governadores catarinenses estão tentando reparar esse assunto, independente de partido, e agora não entende por que o atual está acompanhando o Rio de Janeiro e mais alguns estados nesse pedido de suspensão, que vai prejudicar ainda mais essa enrolação que o Judiciário vem fazendo com Santa Catarina." [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador) - Comenta sobre um relevante tema e objeto de uma moção, na semana anterior, proposta pelo deputado Mauro de Nadal, e informa que na presente data será apresentada na Ordem do Dia uma moção, de sua autoria, manifestando aos presidentes da República e do Congresso Nacional, à ANEEL e aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense, repúdio à proposta de revisão de Resolução, REN n. 482/2012, por se tratar de um desserviço à sociedade, desconsiderando alguns fatores de fonte de energia como o biogás.

Sobre a importância do assunto, reforça que o estado catarinense é o maior exportador de carne suína, produzindo resíduos orgânicos que tratados são utilizados como biofertilizantes para as lavouras e pastagens, incrementando a produção de alimentos em Santa Catarina. Explica que os dejetos suínos passam por biogestores, gerando o biogás que é uma fonte de energia renovável, representando renda para as propriedades rurais de Santa Catarina e do Brasil.

Por se tratar de relevante questão, divulga a audiência pública que será realizada em Brasília, no dia 7 de novembro, proposta pela ANEEL, tendo como pauta, inclusive, a mudança do percentual aos produtores de energia renovável que recebem um aproveitamento de 100%, entretanto a ANEEL quer diminuir tal compensação para no máximo 40%, e o restante disponível à referida concessionária, inviabilizando assim investimentos em energia renovável em Santa Catarina e no país. Coloca ainda que o papel da ANEEL é atuar em prol do povo brasileiro, conduzindo ações louváveis para o bem do país.

Finaliza referindo-se à PEC Emergencial do Pacto Federativo, especificamente no item da possível extinção dos pequenos municípios com menos de cinco mil habitantes. Sobre tal possibilidade, coloca que é natural de uma região nos moldes do pacote governamental, entretanto, afirma que lá se produz matéria-prima para os municípios, agroindústrias e são fomentadores da

riqueza regional, manifestando-se contrário à proposta aportada no Congresso Nacional.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Corrobora o pronunciamento do deputado, ratificando que a tendência atual é o mundo à procura de energia limpa, e lamenta a postura do Brasil desestimulando o produtor rural.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o deputado por trazer à tribuna relevante assunto, e diz que quando se encontram soluções para o bem estar de um país, surgem ações do próprio governo desestimulando tal investimento.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Parabeniza o deputado por tão importante iniciativa, considerando verdadeiro absurdo a proposta da ANEEL, e coloca-se à disposição em prol da referida pauta.

Deputado Jerry Comper (Aparteante) - Parabeniza o deputado por trazer à tribuna relevante assunto, e ratifica que houve quatro audiências públicas sobre a situação dos pequenos municípios. Apela ao Parlamento unir forças em prol dessa pauta. [Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

Partido: PSB

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Orador) - Reforça o alerta sobre a falta de planejamento do governo estadual. Relembra que no dia anterior informou sobre a situação da pista de atletismo em Timbó, que não está pronta para os Jogos Abertos, afetando a organização das cidades sedes.

Demonstra-se preocupado também com a falta de planejamento do governo com os hospitais filantrópicos. Acrescenta que em junho do presente ano o governador assinou um convênio de R\$ 190 milhões com 110 hospitais filantrópicos do estado.

Comenta que parabenizou o governo pela iniciativa, mas alertou que este convênio não resolveria o problema, apenas daria uma sobrevida aos mesmos. Conclui o assunto, informando que muitos hospitais não receberam os recursos e se encontram em situação preocupante, principalmente quanto ao pagamento dos funcionários.

Questiona a atitude do governo em anunciar investimentos para o ano seguinte, deixando de fora alguns hospitais, o que trará consequências, como a necessidade de transportar pacientes em longas distâncias e a superlotação de hospitais.

Comenta que, no início do ano, informou que a extinção da Secretaria do Planejamento afetaria o dia a dia dos catarinenses, pede para que o governo se planeje melhor e pague os R\$ 190 milhões aos hospitais. *[Taquigrafia: Northon]*

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Reporta-se às notícias que vêm de Brasília sobre a PEC do Pacto Federativo, como a questão da incorporação pelo município vizinho de cidades com menos de cinco mil eleitores e arrecadação própria inferior a 10% da receita total. Afirma que deve haver um diálogo a respeito da fusão dos pequenos municípios, pois os mesmos recolhem tributos, e a maioria tem sua economia baseada no agronegócio, bem como o estado de Santa Catarina tem as pequenas propriedades rurais altamente produtivas. Entende que a máquina pública, sim, deve ser diminuída.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) - Comunga a fala do deputado e salienta que se deve discutir muito bem a extinção dos pequenos municípios, que é a proposta do governo federal.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Elogia a fala do deputado e pensa que a proposta de fusão dos pequenos municípios não vai avançar.

Deputado Jerry Comper (Aparteante) - Entende que o tema abordado pelo deputado tem que ser

debatido e defende um olhar especial aos pequenos municípios.

Deputada Luciane Carminatti (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo assunto abordado e percebe que o governo federal deve rediscutir sua relação com os pequenos municípios.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Ao falar sobre os pequenos municípios catarinenses, cuja existência travou a litoralização, destaca a cidade de São Bernardino, que é exemplo para o estado nas áreas de saúde, educação e o desenvolvimento econômico. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Informa que foi constituída a Frente Parlamentar de Proteção e Bem Estar Animal, e sente-se orgulhoso por ser o coordenador desta frente.

Comenta que o Projeto de Lei n. 17.404/17, que prevê que haja um *link* no *site* da delegacia para realizar denúncias de maus tratos aos animais, até então não estava sendo cumprido. Sendo assim, informa que realizou um pedido de informação e, em seguida, um requerimento para a aplicação da referida lei. Acrescenta comentários a respeito da lei, e informa os passos necessários para efetuar uma denúncia de maus tratos aos animais.

Comunica que protocolou uma proposição de emenda, juntamente com o deputado Sargento Lima, à Reforma Administrativa para que as tarifas de esgoto sanitário das cidades catarinenses não excedam a 70% sobre o consumo de água tratada para residências, estabelecimentos comerciais e industriais. *[Taquígrafia: Northon]*

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Comenta estudo divulgado pelo IBGE, demonstrando que no ano anterior 25,3% da população brasileira se encontrava abaixo da linha de pobreza, isto significa que um em cada quatro brasileiros viveu com menos de R\$ 420 por mês. Portanto, isso

caracteriza um recorde de extrema pobreza que atinge 13,5 milhões de brasileiros. Apresenta gráficos, mostrando os índices de pobreza em todos os estados. Cita também que muitos estados já têm mais trabalho informal do que formal, e que existem trabalhadores que estão empregados, mas com renda menor.

Informa outro dado importante, a crise fez a desigualdade social atingir nível muito alto no país, sendo que metade dessa população vive na região nordeste. Destaca a importância de programas e ações de descentralização de recursos a partir das desigualdades regionais, para sanar a questão. Salienta que a inserção no mercado de trabalho não é condição suficiente para superar a pobreza. Também defende ser necessário aumentar o salário mínimo além da inflação, porque atinge a maioria da população e vai gerar uma condição de vida melhor. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Discorre sobre pacote de medidas anunciado pelo ministro da Economia e aponta algumas divergências.

Relata que desde o início de seu envolvimento na atividade política se discute a revisão do Pacto Federativo, afirmando que o mesmo precisa sim ser corrigido. Discorda do ato decisório de liquidar com municípios baseado em apenas dois critérios, sendo eles receita inferior a 10% e população menor que cinco mil habitantes. Cita item dito pelo ministro Paulo Guedes que trata da desvinculação da receita pública, o qual julga equivocado, pois compromete os fundos mínimos destinados a Saúde, Educação, Turismo, entre outros. Diz que a reforma proposta seria a maior dos últimos 40 anos no Brasil, enfatizando a relevância da mesma, alegando que municípios e estados da federação devem participar diretamente dos debates relacionados ao assunto.

Registra Projeto Educacional oferecido pela Prefeitura de Bombinhas, com o intuito de alfabetizar operários servidores do município. Os funcionários públicos que não tiveram oportunidade

de concluir os estudos encerram o expediente com duas horas de antecedência, e se deslocam até a Secretaria de Infraestrutura, onde são lecionadas as aulas.

Elogia a atitude da cidade de Bombinhas e ressalta a importância da educação no processo de desenvolvimento de uma nação. [Taquiografia: Roberto]

Partido: PV

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Comenta que no próximo dia 15 de novembro inicia a cobrança da TPA nos municípios de Bombinhas e Governador Celso Ramos. Cita matéria do jornal *Notícias do Dia*, afirmando que serão colocados pedágios a cada 50 km na Br-101 sul, o que considera uma exploração absurda e uma forma de taxar turistas que visitam o estado.

Traz a informação de que o município de São Francisco do Sul também tem o interesse em colocar a cobrança da TPA futuramente, igualmente taxando turistas, e alerta que os moradores de Joinville terão que pagar pedágio para entrar naquela cidade, e isso é preocupante.

Traz imagens que demonstram os valores a serem cobrados por motos, carros de passeio, furgões, caminhões e ônibus. Diz não ter lógica os valores cobrados, pois são diferentes para cada tipo de veículo.

Também o colunista Paulo Alceu questiona a quem beneficia as TPA e pedágios, o que chama de o melhor negócio do verão catarinense. O deputado afirma que a TPA é uma transferência de renda do turista para a empresa, pois a mesma já ficou com R\$ 31 milhões em Bombinhas e ficará com R\$ 9 milhões em Governador Celso Ramos.

Explica que a empresa tem um *software* que calcula a quantidade de veículos em visita aos municípios, e por isso chegam a esse valor, com apenas essa tecnologia e meia dúzia de funcionários.

Lembra que esta pauta está em julgamento no STF, e convida os demais deputados a não

permitirem a TPA no estado. [Taquigrafia: Guilherme]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0061/2019

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0333/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0025/2016, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, que declara o município de Forquilha a Capital Estadual da Pastoral da Criança.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados Rodrigo Minotto, Vicente Caropreso, José Milton Scheffer e Paulinha.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0230/2019, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso, que altera a Lei nº 17.714, de 2019, que dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento ao consumidor de informações e documentos por parte de operadores de plano ou

seguro privado de assistência à saúde no caso negativo de cobertura e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; de Saúde; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Vicente Caropreso.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0342/2019, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, que altera o anexo I da Lei nº 17.335, de 2017, que consolida as leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do estado de Santa Catarina, para instituir o Dia Estadual da Liderança Jovem.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Rodrigo Minotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência consulta os srs. líderes da possibilidade de colocar extrapauta para apreciação do Plenário um projeto de autoria do deputado Ivan Naatz, o PL n. 0318/2019.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0318/2019, de autoria do senhor deputado Ivan Naatz, que reconhece o município de Rodeio como Capital Catarinense Trentina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade. *[Taquígrafa Sara]*

Pedido de Informação n. 0579/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário da Saúde informações se existe algum tipo de convênio com a Fundação Hospitalar Alex Krieser, localizada no município de Agrolândia.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0580/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, solicitando ao secretário da Fazenda informações acerca da tributação de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação sobre ações de sociedade anônima.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0581/2019, de autoria do deputado Ivan Naatz, solicitando ao secretário da Defesa Civil informações acerca da conclusão da obra e consequente liberação da Rodovia SC-108, trecho que compreende a região da Vila Freitas, no município de Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0582/2019, de autoria do deputado João Amin, solicitando ao secretário de estado da Casa Civil, informações acerca dos motivos que levaram o governador do estado a assinar petição com intuito de solicitar a suspensão da tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.917 pelo prazo de seis meses.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0560/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer, cumprimentando a presidente da Epagri, pelos 30 anos de fundação da Estação Experimental de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0561/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer, manifestando aplausos ao presidente da Epagri pela passagem dos 35 anos de fundação da Estação Experimental de Ituporanga.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0562/2019, de autoria do deputado Felipe Estevão, manifestando aplausos ao cabo PM Fernando Xavier de Souza, lotado no destacamento da Polícia Militar do município de Salete, pelo ato de desprendimento e coragem no cumprimento de seus deveres funcionais.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0563/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, manifestando aplausos à senhora Rosa Elisa Villanueva, protetora dos animais, pela importante participação no Projeto Castração Móvel, no município de Florianópolis, bem como pelo trabalho de conscientização a respeito do bem estar animal.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. deputado Marcius Machado.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0564/2019, de autoria do deputado Altair Silva, manifestando aos presidentes da República, do Senado e da Câmara Federal, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e ao diretor-geral da ANEEL, repúdio à proposta de revisão da REN nº 482/2012, que regulamenta a geração distribuída de energia elétrica em todo o território nacional.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0565/2019, de autoria do deputado Altair Silva, manifestando aplausos à diretoria da Rádio Porto Feliz AM 1530, de Mondaií, pela passagem dos 41 anos de atuação na comunidade mondaiense e região.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0566/2019, de autoria do deputado Altair Silva, manifestando aplausos à superintendência de Esportes e Lazer e à Associação Searaense de Taekwondo, do município de Seara, pelas conquistas na 59ª edição dos Jogos Abertos de Santa Catarina, bem como o atleta Gabriel Busatta Antunes pela conquista da primeira medalha de ouro na modalidade de Taekwondo, categoria 53 a 58 kg.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0567/2019, de autoria do deputado Coronel Mocellin, manifestando aplausos ao comandante do 63º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro pela passagem dos 226 anos de criação e pelos 100 anos de chegada à cidade de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0568/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, manifestando aplausos ao presidente do Sistema Catarinense de Comunicação pelos 80 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0569/2019, de autoria do deputado Marcius Machado, apelando ao superintendente regional do DNIT pela instalação de uma lombada eletrônica no trevo que dá acesso ao município de Campos Novos, km 27 da Rodovia BR-470.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0570/2019, de autoria do deputado João Amin, cumprimentando o senhor José Maurício Lisboa, pela posse como Juiz de Direito de Segundo Grau.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1614/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer, solicitando à diretora-presidente da Casan, informações acerca da construção da Barragem do Rio Salto, no município de Timbé do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1613/2019 e 1621/2019, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 1615/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1616/2019, 1617/2019, 1618/2019, 1619/2019 e 1620/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1622/2019, de autoria do deputado Altair Silva; 1623/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 1624/2019, 1625/2019, 1626/2019, 1627/2019 e 1628/2019, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 1629/2019, 1630/2019 e 1631/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1546/2019, 1547/2019 e 1548/2019, de autoria do deputado Volnei Weber; 1549/2019, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 1550/2019, de autoria do deputado Laércio Schuster; 1551/2019, de autoria do deputado Milton Hobus; 1552/2019 e 1553/2019, de autoria do deputado Marcius Machado; 1554/2019, de autoria do deputado Neodi Saretta; 1555/2019, de autoria do deputado Sargento Lima; e 1556/2019, de autoria do deputado João Amin.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Elzamar]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Orador) - Relembra que no dia 19 de fevereiro do presente ano, o deputado solicitou ao governo diversas demandas para Joinville, entre elas a melhoria e duplicação das rodovias Hans Dieter Schmidt e Edgar Meister, solicitação feita também pela Associação Comercial e entidades de classe.

Agradece ao governador Carlos Moisés e ao secretário da Infraestrutura pelo programa Novos Rumos, que disponibilizou R\$ 41 milhões em investimentos para Joinville, e acrescenta que o deputado foi convidado para participar da Ordem de Serviço e de outras reuniões, acompanhando todo o processo de licenciamento.

Comenta que esta obra é importante para Santa Catarina, pois facilita o acesso ao eixo industrial, onde se localizam grandes empresas do estado.

Reforça agradecimentos ao governador, em nome da cidade de Joinville, e cita outros pedidos, como a Serra Dona Francisca, Hospital Municipal São José, Hospital Regional, entre outras demandas.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Comenta que ao ocupar a tribuna, em data anterior, falou sobre a visita do governador ao meio-oeste do estado. Enaltece a iniciativa do deputado em pedir estas demandas ao governo e parabeniza por ter conseguido os recursos para Joinville.

Deputado Jerry Comper (Aparteante) - Parabeniza o deputado pela preocupação com as demandas na região de Joinville, que beneficiam a população.

Deputado Maurício Eskudlark (Aparteante) - Parabeniza o deputado por se empenhar para ajudar a cidade de Joinville, e comenta que a obra estrutural de acesso ao bairro industrial é importante para o estado. *[Taquiografia: Northon]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Tece comentários sobre as manifestações contrárias à

fusão dos pequenos municípios, que é uma proposta do ministro da Economia, Paulo Guedes. Entende que o dinheiro público, que é considerado o "dinheiro da viúva", não existe, bem como não existe o pote de ouro no final do arco-íris, e sim o dinheiro do pagador de impostos. Por isso, enaltece a atitude do governo quanto à PEC do Pacto Federativo, em relação à extinção dos municípios com menos de cinco mil habitantes por entender que se for perguntado à população se querem posto de saúde ou câmara de vereadores, com certeza vão querer posto de saúde, escola e creches. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, especial, para a presente data, às 19h, em homenagem ao Dia do Médico.

Também, a seguir, convoca os srs. líderes para uma reunião no gabinete da Presidência para discutir o calendário de tramitação da Lei Orçamentária. *[Revisão: Taquígrafa Sara]*